

VOZES DA RUA E POLÍTICAS EM MOVIMENTO: MOBILIZAÇÃO E A CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SÃO PAULO

Edson Linhares da Silva¹
Victoria Bassan Mineto²

Resumo: Neste artigo, analisamos as criações e implementações de políticas públicas voltadas à Cultura Hip-Hop na cidade de São Paulo, destacando seu papel no fortalecimento das bases do movimento e na ampliação de oportunidades para seus praticantes. Para compreender esse contexto, destacamos as articulações promovidas pelo movimento Hip-Hop, demonstrando que essas políticas não emergem necessariamente da agenda governamental, mas também das demandas da sociedade civil. Dentre as principais conquistas analisadas, destacam-se iniciativas como “Rap... Pensando a Educação”, o “Mês do Hip-Hop”, as “Casas de Hip-Hop”, o “Prêmio Sabotage”, o “Território Hip-Hop” e o “Núcleo de Hip-Hop”, que exemplificam a mobilização e a luta por reconhecimento e valorização cultural. O texto fundamenta-se teoricamente nos “Hip-Hop Studies” e nas discussões sobre os modelos de implementação de políticas públicas *Top-Down*, *Bottom-Up* e sintético. Por fim, propomos uma reflexão sobre a relevância da participação ativa do movimento Hip-Hop na formulação e implementação dessas políticas, evidenciando seu impacto social e cultural na construção de uma sociedade mais equânime e diversa.

Palavras-chave: Hip-Hop; Políticas Públcas; Cultura.

VOICES FROM THE STREET AND POLICIES IN MOVIMENT: MOBILIZATION AND THE ACHIEVEMENT OF PUBLIC POLICIES IN SÃO PAULO

Abstract: In this article, we analyze the creation and implementation of public policies focused on the Hip-Hop Culture in the city of São Paulo, highlighting their role in strengthening the foundations of the movement and expanding opportunities for its practitioners. To understand this context, we emphasize the mobilizations led by the Hip-Hop movement, demonstrating that these policies do not necessarily emerge from the governmental agenda but also from the demands of civil society. Among the key achievements analyzed are initiatives such as “Rap... Pensando a Educação”, the “Mês do Hip-Hop”, the “Casas de Hip-Hop”, the “Prêmio Sabotage”, the “Território Hip-Hop” and the “Núcleo de Hip-Hop”, which exemplify the mobilization and struggle for cultural recognition and appreciation. The text is theoretically grounded in *Hip-Hop Studies* and discussions on *Top-Down*, *Bottom-Up* and synthetic models of public policy implementation. Finally, we propose a reflection on the relevance of the active participation of the Hip-Hop movement in the

¹ Doutorando em Sociologia (UFSCar) – e-mail: linhares.edson@yahoo.com.br

² Graduada em Administração Pública (FGV) – e-mail: victoriabmineto@gmail.com

formulation and implementation of these policies, underscoring their social and cultural impact in building a more equitable and diverse society.

Keywords: Hip-Hop; Public Policies; Culture.

Introdução

De acordo com Rocha³, os conceitos de Estado e governo são frequentemente confundidos, embora apresentem diferenças básicas. Enquanto o Estado abrange toda a sociedade política, incluindo as funções executiva, legislativa e judiciária, o governo corresponde ao grupo político que exerce o poder dentro da função executiva do Estado e uma base do legislativo. Assim, cabe ao governo administrar os interesses sociais e econômicos, com diferentes níveis de intervenção, que variam de acordo com sua orientação ideológica, influenciando diretamente a formulação e implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, Lima e D'Ascenzi⁴ destacam que “o contexto político diz respeito, fundamentalmente, a mudanças de governo e ao apoio das elites”. Essa perspectiva revela como alterações nas administrações governamentais podem impactar diretamente as prioridades e os processos de implementação de políticas públicas, algo que será analisado ao longo do texto.

No caso da cultura Hip-Hop, esse movimento cultural e social tem desempenhado um papel transformador, especialmente nas periferias urbanas, ao enunciar vozes de populações historicamente marginalizadas. Na cidade de São Paulo, a interação entre o Hip-Hop e as políticas públicas têm se tornado algo muito importante, refletindo a potência desse movimento como ferramenta de transformação social⁵.

³ ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro. Estado e Governo: Diferença conceitual e implicações práticas na pós-modernidade. *Revista Uniara*, Araraquara, n. 21/22, p. 140-145, 2009.

⁴ LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013. p. 103.

⁵ SILVA, Edson Linhares da. O “R.A.P enC.I.N.A”: Revolusom Através de Palavras – Conhecimento, Identidade, Negritude e Antirracismo. 2023. 204 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

Para analisar a construção e implementação de políticas públicas voltadas à cultura Hip-Hop, este trabalho adota como referência três modelos teóricos: o *Top-Down*, o *Bottom-Up* e o sintético⁶. O modelo *Top-Down* é caracterizado pela centralização das decisões nas autoridades governamentais, priorizando a hierarquia e o controle institucional. Já o modelo *Bottom-Up* enfatiza a participação ativa da sociedade civil e dos atores locais, valorizando as demandas e o protagonismo das bases sociais no planejamento e execução das políticas. O modelo sintético, por sua vez, busca equilibrar essas duas abordagens, promovendo um diálogo entre diretrizes institucionais e iniciativas das bases sociais⁷.

Segundo Mineto⁸, no caso das políticas públicas voltadas ao Hip-Hop, observa-se uma predominância do modelo *Top-Down* em sua implementação. Embora as reivindicações dos grupos do movimento Hip-Hop e da sociedade civil tenham sido fundamentais para pressionar o poder público a criar tais políticas, o processo de implementação geralmente ocorre sem um diálogo efetivo com os representantes do movimento, ficando exclusivamente sob a responsabilidade das secretarias das gestões vigentes.

Ainda assim, é importante destacar algumas iniciativas pioneiras que serviram como marcos para a formulação de políticas públicas voltadas à cultura Hip-Hop. Projetos como o “Rap...ensando a Educação”, desenvolvido no final da década de 1980 e início dos anos 1990⁹, e o “Projeto Rappers”, promovido pelo Instituto da Mulher Negra Geledés¹⁰, desempenharam um papel formidável ao colocar as demandas do movimento no centro das discussões políticas e sociais.

⁶ BRITES, Carla Mario; CLEMENTE, Augusto Junior. Implementação de Políticas Públicas: Breve revisão de literatura. *Revista NAU Social*, [s. l.], v. 10, n. 18, p. 27-37, maio/out. 2019.

⁷ BRITES; CLEMENTE, 2019.

⁸ MINETO, Victória Bassan. *A institucionalização do hip-hop paulista na administração pública municipal*. 2022. 45 f. (Graduação em Administração Pública) – Departamento de Administração, Fundação Getúlio Vargas, 2022.

⁹ FARIA, Priscilla Prado de. *Racionais MC's e Paulo Freire: Um diálogo sobre educação na São Paulo dos anos 90*. 2017; 118 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

¹⁰ ARRUDA, Clodoaldo. *Projeto Rappers: a primeira casa do hip-hop brasileiro: história & legado*. São Paulo: Perspectiva: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2023.

A partir dessas primeiras articulações, outras iniciativas e políticas públicas surgiram ao longo do tempo e só foram possíveis devido à criação de uma estrutura própria dentro da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) — o “Núcleo de Hip-Hop”¹¹.

Neste artigo, o foco será a análise das políticas públicas direcionadas ao Hip-Hop no âmbito municipal de São Paulo, entendidas como ferramentas importantes para garantir o acesso democrático aos bens culturais. A partir das formulações teóricas dos *Hip-Hop Studies* e dos modelos de implementação de políticas públicas, este estudo busca compreender, de forma objetiva, as principais políticas existentes, seus processos de formulação e implementação, os atores envolvidos e os beneficiários dessas ações. Além disso, propomos uma reflexão crítica sobre esses processos, destacando a importância de aprimorar continuamente os programas para atender de forma mais eficaz às demandas e às necessidades específicas do movimento Hip-Hop, fortalecendo seu papel como instrumento de pertencimento social e transformação cultural.

De política em política: compreendendo as Políticas Públicas em torno do Hip-Hop

As políticas públicas voltadas ao Hip-Hop compreendem programas que priorizam essa vertente cultural, sem excluir outras linguagens artísticas, mas direcionando a agenda e os recursos para fortalecer o fazer artístico e ampliar o alcance dessa expressão cultural.

Essas iniciativas, consolidadas como políticas de Estado no município de São Paulo¹², têm caráter mais permanente, garantindo ações de longo prazo que transcendem mudanças de governo e asseguram a continuidade de interesses estratégicos. Apesar das divergências entre políticos, gestores públicos e membros do próprio movimento, tais políticas se tornaram fundamentais para a valorização e expansão das múltiplas expressões do Hip-Hop na cidade¹³.

¹¹ SILVA, 2023.

¹² ROCHA, 2009.

¹³ SILVA, 2023.

Embora o movimento Hip-Hop enfrente inúmeros desafios para garantir sua plena participação no processo político, ele conseguiu conquistar espaços dentro da administração pública. No entanto, a implementação das políticas públicas ainda permanece fortemente alinhada ao modelo *Top-Down*¹⁴, distante do ideal, que seria baseado no modelo sintético ou, preferencialmente, no *Bottom-Up*¹⁵.

Nas últimas décadas, diversas políticas públicas foram implementadas não apenas como reconhecimento institucional, mas também como resultado da mobilização de agentes da sociedade civil e militantes do movimento Hip-Hop. Essas iniciativas incluem desde a criação de espaços culturais até ações voltadas à educação e à formação de jovens artistas, frequentemente construídas por meio de colaboração direta entre movimentos sociais e gestores públicos atentos às demandas locais¹⁶.

A discussão sobre políticas públicas culturais é importante porque a cultura desempenha um papel central no bem-estar da população. Ela oferece entretenimento, provoca reflexões, proporciona lazer, dissemina novas ideias e evoca uma ampla gama de sentimentos¹⁷. Além disso, o fortalecimento do setor cultural impulsiona a geração de renda para artistas e suas famílias, promovendo a continuidade da produção artística, o surgimento de novos(as) artistas e o desenvolvimento de diferentes vertentes culturais¹⁸.

Diante disso, o Hip-Hop, enquanto fenômeno cultural multifacetado, tem se mostrado uma poderosa ferramenta de resistência e transformação social. Por meio de sua prática, promove diálogos sobre questões que

¹⁴ MESQUITA, Beatriz Maria. Os modelos *Top-Down* e *Bottom-Up* para o desenvolvimento local: Uma análise bibliográfica para o Brasil. 2018. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) – Departamento de Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

¹⁵ BRITES; CLEMENTE, 2019.

¹⁶ SILVA, 2023.

¹⁷ ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Uma introdução aos Estudos Culturais. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, n 9, dez. 1998.

¹⁸ SILVA, 2023.

permeiam a realidade da juventude negra e periférica, ampliando sua relevância como movimento cultural e político¹⁹.

“Uh barato é louco e o processo é lento”: o início da formação das Políticas Públicas do Hip-Hop em São Paulo

Embora a consolidação das políticas públicas voltadas ao Hip-Hop na cidade de São Paulo tenha se intensificado principalmente a partir dos anos 2000, os primeiros indícios dessa aproximação entre o movimento e o poder público datam do início dos anos 1990. Um exemplo marcante desse período foi o programa “Rap...ensando a Educação”, que será observado mais adiante.

Em meados dos anos 2000, o Hip-Hop, consolidado como uma força cultural significativa nas periferias de São Paulo, começou a ocupar um espaço mais estruturado nas políticas públicas. Esse avanço promoveu a valorização de suas expressões artísticas e abriu caminhos para a criação de oportunidades concretas de trabalho para artistas e comunidades ligadas ao movimento.

Em agosto de 2005, foi lançado o Fórum Municipal do Hip-Hop, fruto da articulação entre diversos coletivos do movimento e a Coordenadoria de Juventude, vinculada à Secretaria Especial de Participação e Parceria da Prefeitura de São Paulo. Esse fórum tornou-se um espaço de diálogo para discutir políticas públicas voltadas à juventude, alinhadas às demandas do Hip-Hop²⁰.

Um dos resultados dessas articulações foi a realização da primeira “Semana do Hip-Hop”, em março de 2006. Apesar de a Lei nº 13.924/04, que criou a “Semana do Hip-Hop”, ter sido sancionada em 2004, foi somente dois anos depois que o evento foi implementado de forma concreta²¹.

¹⁹ ROSE, Tricia. *Barulho de preto: rap e cultura negra nos Estados Unidos contemporâneos*. São Paulo: Perspectiva, 2021.

²⁰ FORUM HIP HOP – Contra o genocídio da juventude pobre, preta e periférica. Disponível em: <https://www.forumhiphopmsp.com.br>. Acesso em: 14 out. 2024.

²¹ MOVIMENTO hip-hop dialoga com a prefeitura. Cidade de São Paulo, São Paulo, 15 mar. 2006. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=134182>. Acesso em: 9 out. 2024.

A “Semana do Hip-Hop” foi realizada em locais estratégicos, como a ONG Ação Educativa, a Câmara Municipal e a Galeria Olido. O evento teve como objetivos celebrar o movimento e propor políticas públicas que atendessem às necessidades da juventude negra paulistana. A programação incluiu uma variedade de atividades, como shows, performances, debates, palestras e workshops, abrangendo os quatro elementos artísticos do Hip-Hop: *Breaking, DJ, Graffiti e MC*²².

Como aponta Mineto²³, esses encontros envolveram assessores de subprefeituras e representantes de Secretarias Municipais, como as de Trabalho, Cultura e Participação e Parceria. Essa participação institucional contribuiu para fortalecer o diálogo entre o poder público e o movimento Hip-Hop, consolidando um espaço de construção coletiva e articulação política. As discussões promovidas durante o evento foram importantes para incentivar a troca de experiências e a formulação de políticas voltadas à juventude, incluindo programas de emprego e geração de renda.

Em 2007, a Lei Municipal 14.485/2007 foi sancionada, oficializando a “Semana do Hip-Hop” no calendário da cidade de São Paulo. No entanto, no ano seguinte, o Fórum Hip-Hop, ao participar de uma audiência pública sobre orçamento na Câmara de Vereadores, solicitou uma rubrica orçamentária para viabilizar a execução da lei. Esse pedido foi rejeitado pela gestão do prefeito Gilberto Kassab (2006-2012), do Partido Democrata (DEM), que congelou os recursos destinados ao evento²⁴.

Como resposta à resistência da prefeitura, o Fórum Hip-Hop recorreu à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social em 2010. A mobilização resultou, em outubro do mesmo ano, na liberação dos recursos necessários pela administração municipal, permitindo a execução da lei e consolidando a “Semana do Hip-Hop” como uma ação efetiva²⁵.

²² MINETO, 2022.

²³ MINETO, 2022.

²⁴ MINETO, 2022.

²⁵ SEMANA do Hip-Hop Lei Municipal 14.485/2007 (São Paulo). Correio Nagô, 2013. Disponível em: <https://correionago.com.br/semana-do-hip-hop-lei-municipal-14-485-2007-sao-paulo/>. Acesso em: 9 out. 2024.

No governo de Fernando Haddad (2013-2016), do Partido dos Trabalhadores (PT), houve uma nova aproximação entre o movimento Hip-Hop e a administração pública. Em 2013, no âmbito do programa “Existe Diálogo em SP²⁶”, o então secretário de Cultura, Juca Ferreira, promoveu encontros com diferentes grupos culturais, incluindo representantes do Hip-Hop, para discutir demandas e ampliar a integração dessas iniciativas às políticas públicas. O encontro ocorreu no Centro Cultural São Paulo (CCSP), um espaço historicamente ocupado pelo movimento, e possibilitou que o Hip-Hop levasse suas reivindicações diretamente à gestão municipal²⁷.

De acordo com Mineto²⁸, um dos momentos mais marcantes do evento foi a leitura de um manifesto pelo Movimento Hip-Hop Organizado (MH2O), que apresentou demandas como: a revitalização da Casa do Hip-Hop na Cidade Tiradentes, a criação de outras quatro Casas em diferentes regiões da cidade — com base nos Projetos de Lei (PL) 422/2004 e 763/2003 — e a implementação do Prêmio Municipal Sabotage e Dina Di de Hip-Hop²⁹, fundamentado na Resolução Municipal nº 008/2004. Essas propostas, fruto de uma mobilização organizada do movimento, foram atendidas nos anos seguintes, consolidando o papel do Hip-Hop como uma força transformadora e participante nas decisões de políticas públicas na cidade de São Paulo.

Em 2018, o processo de consolidação de políticas públicas para o Hip-Hop avançou com a realização do evento “Hip-Hop e Resistência”, na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). O encontro, voltado para discutir a violência institucional contra a juventude negra, buscou criar redes de prevenção e combate às mortes causadas por essa violência. A iniciativa

²⁶ MATOS, Ronaldo. Movimentos culturais de São Paulo visam melhorias através do Projeto “Existe Diálogo em SP”. *Desenrola e não me enrola*, São Paulo, 12 set. 2013. Disponível em: <https://desenrolaenomenrola.com.br/territorios-criativos/movimentos-culturais-de-sao-paulo-visam-melhorias-atraves-do-projeto-existe-dialogo-em-sp/>. Acesso em: 11 out. 2024.

²⁷ MINETO, 2022.

²⁸ MINETO, 2022.

²⁹ Sabotage e Dina Di foram duas figuras muito importantes para a cultura Hip-Hop no Brasil. Ambos faleceram precocemente, mas deixaram um legado marcante. Em homenagem às suas contribuições, a militância do Hip-Hop propôs a criação de um prêmio para celebrar suas memórias e suas contribuições ao movimento.

reuniu representantes de órgãos públicos e movimentos sociais, reafirmando o compromisso com a proteção e valorização da juventude periférica³⁰.

Além dessas iniciativas, dois PLs merecem destaque no fortalecimento do reconhecimento do Hip-Hop como patrimônio cultural. No âmbito municipal, o PL 451/2019 propõe que o Hip-Hop e suas manifestações (*Breaking*, DJ, *Graffiti* e MC) sejam reconhecidos como Patrimônio Cultural de São Paulo³¹. Já no âmbito estadual, em março de 2024, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou, por unanimidade, o PL 498/21, apresentado pela deputada Leci Brandão (2011-atual), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Figura de grande relevância na cultura negra brasileira e uma das matriarcas do samba, Leci Brandão foi uma das responsáveis por declarar o Hip-Hop como patrimônio cultural e imaterial do Estado de São Paulo³².

Fortalecendo e “Rap...ensando a Educação”

Uma das políticas públicas mais importantes conquistadas pelo movimento Hip-Hop ocorreu entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, durante a gestão de Luiza Erundina – PT (1989-1992), como prefeita e Paulo Freire como secretário de Educação³³. Nesse período de redemocratização, iniciativas inovadoras começaram a surgir, como o projeto “Rap...ensando a Educação”, idealizado pela pedagoga Sueli Chan. O projeto tinha como objetivo utilizar o Hip-Hop como uma ferramenta de comunicação para engajar a juventude nas escolas públicas municipais³⁴.

Lançado em 1992, o projeto promovia debates noturnos em escolas abertas à comunidade, incentivando muitos jovens a retomarem os estudos. Segundo Faria³⁵, a iniciativa buscava levar cultura e informação às periferias,

³⁰ GOULART, Thiago. Câmara recebe encontro “Hip Hop e Resistência”. Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, 24 mar. 2018. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/hip-hop-e-resistencia-e-tema-de-encontro-na-camara/>. Acesso em: 9 out. 2024.

³¹ Câmara Municipal de São Paulo – Gabinete do vereador Celso Gianazi. “Projeto de Lei nº 451/2019”. Disponível em: <https://celsgiannazi.com.br/wp-content/uploads/2019/07/PL-451.2019.pdf>

³² ALESP reconhece Hip-Hop como patrimônio cultural e imaterial de São Paulo. Portal Mud, São Paulo, 7 mar. 2024. Disponível em: <https://portalmud.com.br/portal/ler/alesp-reconhece-hip-hop-como-patrimonio-cultural-e-imaterial-de-sao-paulo>. Acesso em: 14 out. 2024.

³³ ROCHA, 2009.

³⁴ MINETO, 2022.

³⁵ FARIA, 2017.

historicamente carentes de recursos. A autora observou que o engajamento dos alunos aumentava em escolas mais afastadas, onde permaneciam até o fim das discussões sobre temas como violência policial, racismo e a história da população negra.

Grupos como Racionais MC's e DMN, contratados para participar do projeto, trouxeram para dentro das escolas uma perspectiva crítica e histórica que frequentemente era negligenciada pelos currículos escolares. Essa aproximação institucional entre o Hip-Hop e o Estado foi um marco significativo para as políticas públicas relacionadas à cultura Hip-Hop³⁶.

Para muitos, a experiência de participar do projeto foi descrita como “única e transformadora³⁷”, pois permitiu aos estudantes refletirem sobre questões históricas e sociais que permeiam a realidade da juventude negra e periférica³⁸.

Posteriormente, como resultado do trabalho desempenhado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), foi produzido o “Caderno de Relatos do Projeto ‘Rap...ensando a Educação’”, que documentou os resultados e destacou sua importância. O registro evidenciou como, por meio de uma leitura crítica da realidade, os jovens estavam criando uma música de protesto, baseada na “Sabedoria de Rua³⁹”.

A partir dessa experiência, políticas públicas passaram a considerar as vozes de estudantes e artistas do Hip-Hop, promovendo novas formas de participação tanto no meio artístico quanto educacional. Essa interação também abriu oportunidades de geração de renda, como no caso do grupo DMN⁴⁰, que utilizou parte do pagamento recebido para gravar seu primeiro

³⁶ PERES, Lucas Lourenço. *De uma "cultura de rua" à uma "cultura periférica de mercado": as transformações do Rap de 1983 a 2019*. 2020. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Departamento de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020.

³⁷ PERES, 2020.

³⁸ ROSE, 2021.

³⁹ PERES, 2020.

⁴⁰ Grupo de rap brasileiro formado em São Paulo em 1989. O nome originalmente significava “Defensores do Movimento Negro”. O grupo é conhecido por suas letras que abordam questões sociais, racismo e desigualdade. Eles ganharam destaque com músicas como “H. Aço” que recebeu prêmios importantes, como no Hutúz, sendo considerada uma das melhores músicas da década. Os integrantes do DMN também têm se envolvido em projetos

álbum⁴¹. Com isso, o reconhecimento da juventude periférica pelas instituições públicas tornou-se um instrumento de mudança social.

Entretanto, com a eleição de Paulo Maluf (1993-1996) — Partido Democrático Social (PDS) —, o projeto foi descontinuado⁴², e o apoio institucional ao Hip-Hop sofreu uma interrupção⁴³. Apesar disso, em 2019, durante a gestão de Bruno Covas (2018-2021) — Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) —, o projeto foi resgatado por iniciativa das SMC e SME, com rodas de conversa inspiradas no livro *Sobrevivendo no Inferno*, dos Racionais MC's. Cada encontro contou com a presença de um integrante do grupo, um artista LGBTQIAPN+ e uma artista mulher, sendo realizados em locais como os Centros Educacionais Unificados (CEUs) Inácio Monteiro e Capão Redondo⁴⁴.

A retomada do projeto pode ser interpretada sob a ótica do modelo Top-Down de implementação de políticas públicas, no qual as diretrizes são estabelecidas de forma centralizada e vertical. No entanto, como observado por Mineto⁴⁵, a ausência de informações mais detalhadas nos canais oficiais da prefeitura ou das secretarias indica que essa iniciativa ocorreu de maneira pontual, sem um planejamento estruturado para o longo prazo.

Um lugar para chamar de nosso e a importância das Casas de Hip-Hop

As Casas de Hip-Hop, financiadas com recursos públicos, desempenham um papel importante na valorização e preservação da cultura Hip-Hop. Espalhados por diferentes regiões, esses centros promovem atividades culturais e educacionais ligadas aos elementos do movimento: *Breaking*, DJ, *Graffiti* e MC, oferecendo oficinas, rodas de diálogo e

sociais, promovendo conscientização e debates em comunidades periféricas. É um grupo que mantém uma marca significativa no rap nacional.

⁴¹ PERES, 2020.

⁴² ROCHA, 2009.

⁴³ FELIX, João Batista de Jesus. *Hip Hop: cultura e política no contexto paulistano*. 2005. 206 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

⁴⁴ PROJETO “Rapensando a educação” reúne rap e literatura em bate-papos com jovens. Cidade de São Paulo, São Paulo, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=27138>. Acesso em: 10 out. 2024.

⁴⁵ MINETO, 2022.

apresentações. Além de manter viva a memória do Hip-Hop, essas Casas proporcionam às periferias espaços de aprendizado, resistência e transformação social⁴⁶.

A primeira Casa de Hip-Hop no Estado de São Paulo foi inaugurada em Diadema, em 1999, com a presença de Afrika Bambaataa⁴⁷, um dos fundadores do movimento Hip-Hop mundial. Esse marco histórico, fruto da parceria entre Bambaataa e King Nino Brown⁴⁸ (anteriormente conhecido como Nino Brown), consolidou o espaço como representante oficial da Zulu Nation no Brasil⁴⁹. A criação da Casa foi resultado da articulação entre ativistas e a prefeitura de Diadema, governada à época pelo PT, marcando o início da institucionalização de ações voltadas ao Hip-Hop em outras cidades⁵⁰.

Na cidade de São Paulo, embora tentativas anteriores de formalizar as Casas de Hip-Hop tenham ocorrido, conforme destacamos no texto, essas Casas só foram oficialmente estabelecidas em 2016, durante o governo de Fernando Haddad (PT)⁵¹. O decreto previa a criação de Casas nas zonas leste, sul, centro e noroeste da cidade, com o objetivo de fomentar a cultura Hip-Hop e preservar sua memória por meio de oficinas, apresentações artísticas e acervos audiovisuais⁵².

⁴⁶ MINETO, 2022.

⁴⁷ Para mais detalhes, ver: PINTO, Tania Regina. Afrika Bambaataa, entre as gangues e a cultura hip-hop. *Primeiros Negros*, 2021. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/afrika-bambaataa/>. Acesso em: 10 out. 2024.

⁴⁸ Vulgo de Joaquim de Oliveira Ferreira, um dos personagens mais importantes da cultura Hip-Hop brasileira. Nascido em Pernambuco, ele se mudou para São Paulo ainda jovem, onde começou a se envolver com a cultura Soul e, posteriormente, com o Hip-Hop. É um dos fundadores da Zulu Nation Brasil, uma organização afiliada à Universal Zulu Nation, criada por Afrika Bambaataa nos Estados Unidos.

⁴⁹ Para mais informações sobre a Zulu Nation e suas articulações em torno da cultura hip-hop, ver: “Universal Zulu Nation”. Disponível em: <https://www.zulunation.com>. Acesso em: 10 out. 2024.

⁵⁰ MACEDO, Márcio. Hip-hop sp: transformações entre uma cultura de rua, negra e periférica (1983-2013). In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR., Heitor (org.). *Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos sociais*. Local: Editora, 2016. p. 23-53.

⁵¹ NOVA secretaria de Cultura defende cidadania cultural. *Cidade de São Paulo*, São Paulo, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/w/noticia/nova-secretaria-de-cultura-defende-cidadania>. Acesso em: 9 out. 2024.

⁵² SÃO PAULO (Cidade). Decreto nº 57.484, de 29 de novembro de 2016. Institui o Sistema Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo e o Plano Municipal de Cultura de São Paulo, bem como o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura e o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais. Câmara Municipal de São Paulo: São Paulo, 2016.

De acordo com Queiroz⁵³, as Casas de Hip-Hop têm um diferencial significativo em relação às Casas de Cultura: o forte valor simbólico que representam para as juventudes periféricas e demais praticantes do movimento. Esses espaços, além de promoverem atividades artísticas, tornam-se locais de preservação da memória do Hip-Hop, dialogando diretamente com o quinto elemento da cultura Hip-Hop: o Conhecimento⁵⁴. Nesse sentido, as Casas de Hip-Hop podem ser vistas como um exemplo de implementação de políticas públicas no modelo *Bottom-Up*. Diferentemente de outras iniciativas que seguem o modelo *Top-Down*, esses espaços geralmente surgem a partir de reivindicações diretas do movimento e são geridos, em alguns casos, pelo próprio coletivo, garantindo maior autonomia e protagonismo na definição de suas ações⁵⁵.

Nesse contexto, as Casas de Hip-Hop vão além do fomento à produção cultural⁵⁶. Elas desempenham um papel fundamental na transmissão do legado do movimento, fortalecendo a identidade de jovens que, muitas vezes, encontram nesses espaços uma alternativa à exclusão social e cultural⁵⁷.

Era uma semana, se tornou um mês, mas agora é o ano todo: formulações para o Mês do Hip-Hop

O Mês do Hip-Hop é uma iniciativa de grande relevância promovida pela militância do Hip-Hop e pela sociedade civil da cidade de São Paulo, com o objetivo de celebrar e fortalecer a cultura Hip-Hop. O evento ocorre anualmente, com início em março, e estende-se ao longo do ano, oferecendo uma programação diversificada que inclui shows, oficinas,

Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/decretos/D57484.pdf>. Acesso em: 9 out. 2024.

⁵³ QUEIROZ, André Sanchez. *Cultura e política no Hip Hop na cidade de São Paulo: redes, sociabilidades e territórios*. 2019. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

⁵⁴ SILVA, 2023.

⁵⁵ BRITES; CLEMENTE, 2019.

⁵⁶ ESCOSTEGUY, 1998.

⁵⁷ ANDRADE, Elaine Nunes. *Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo*. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

debates, rodas de conversa, apresentações artísticas e atividades formativas espalhadas por toda a cidade. Seu principal propósito é valorizar os cinco elementos fundamentais da cultura Hip-Hop (*Breaking, DJ, Graffiti, MC e Conhecimento*) e destacar o protagonismo da juventude negra e periférica, que representa sua força motriz⁵⁸.

Embora o Mês do Hip-Hop tenha origem nas articulações do movimento e da sociedade civil, sua implementação reflete o modelo *Top-Down* de políticas públicas⁵⁹. Apesar do protagonismo do movimento em sua concepção, as decisões sobre a execução, como a definição da programação, dos editais e dos recursos destinados, são tomadas de forma centralizada pela SMC, sem um diálogo efetivo com os representantes do Hip-Hop. Essa dinâmica gera frequentes tensões e discussões, evidenciando a desconexão entre as demandas das bases sociais e a aplicação prática das políticas, o que compromete o potencial transformador da iniciativa⁶⁰.

Para uma melhor compreensão, a regulamentação inicial dessa política ocorreu com a Lei nº 13.924, de 22 de novembro de 2004⁶¹, que instituiu a “Semana do Hip-Hop”⁶². Posteriormente, essa lei foi revogada e substituída pela Lei nº 14.485, promulgada em 19 de julho de 2007, que consolidou diversas datas comemorativas no calendário oficial do município. Entre essas datas, destacam-se momentos importantes para a cultura Hip-Hop, como o “Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial” (21 de março) e o “Prêmio Sabotage”, em homenagem a um dos maiores expoentes do rap brasileiro. Outras celebrações incluem o “Dia Mundial do DJ” (9 de março), o “Dia do Graffiti” (27 de março) e o “Dia do Breaking”⁶³ (30 de março). O Mês do Hip-Hop surge, assim, como uma expansão dessas

⁵⁸ ROSE, 2021.

⁵⁹ MESQUITA, 2018.

⁶⁰ LIMA; D'ASCENZI, 2013.

⁶¹ SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 13.924, de 22 de novembro de 2004. Institui a Semana do Hip Hop no Município de São Paulo, a ser comemorada, anualmente, na segunda quinzena do mês de março, e dá outras providências. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004. Disponível em: <https://legisacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13924-de-22-de-novembro-de-2004/consolidado>. Acesso em: 16 fev. 2025.

⁶² Para uma melhor compreensão sobre como iniciou essa etapa e toda sua programação anterior, ver: Movimento [...], 2006.

⁶³ SÃO PAULO, 2004.

comemorações, tornando-se um período dedicado integralmente à valorização da cultura, com atividades que conectam essas datas simbólicas⁶⁴.

A organização das atividades do Mês do Hip-Hop fica a cargo da SMC, por meio do Núcleo de Hip-Hop, que publica editais convidando artistas e coletivos a inscreverem suas propostas. De acordo com os editais oficiais, as ações devem garantir a visibilidade e a valorização da cultura Hip-Hop, promover debates sobre políticas públicas voltadas à juventude, combater a discriminação racial e de gênero e, sobretudo, enfrentar o genocídio da juventude negra⁶⁵. O objetivo é criar espaços de reflexão e produção criativa, consolidando o Hip-Hop como uma poderosa ferramenta de transformação social.

Desde sua criação, o evento tem conseguido descentralizar suas atividades, garantindo que as periferias sejam incluídas. Assim, as ações não se restringem ao centro da cidade, mas alcançam diversas macrorregiões, levando cultura e arte diretamente aos bairros que deram origem ao movimento⁶⁶.

Mesmo que o Mês do Hip-Hop tenha alcançado uma importante descentralização de suas atividades, sua implementação no modelo *Top-Down* apresenta limitações significativas. Apesar de atingir as periferias, a definição das ações, dos recursos e dos formatos do evento permanece concentrada nas mãos da SMC, sem considerar de forma efetiva as demandas locais do movimento. Essa centralização reduz a capacidade do Hip-Hop organizar algo de acordo com suas proposições, resultando em iniciativas que, muitas vezes, carecem de maior representatividade e aderência às necessidades específicas de suas demandas⁶⁷.

Terror alta voltagem: O Prêmio Sabotage

⁶⁴ SILVA, 2023.

⁶⁵ ROSE, 2021.

⁶⁶ MINETO, 2022.

⁶⁷ LIMA; D'ASCENZI, 2013.

Sabotage, nome artístico de Mauro Mateus dos Santos, foi um *rapper*, compositor e ator cuja obra transcendeu o rap, tornando-se um símbolo de luta, resistência e transformação social. Suas letras, que abordavam temas como desigualdade, violência e as realidades das periferias, marcaram profundamente a cultura Hip-Hop e inspiraram juventudes marginalizadas, especialmente em São Paulo⁶⁸. A criação do Prêmio Sabotage visa perpetuar sua memória e destacar artistas que, assim como ele, utilizam a cultura Hip-Hop como ferramenta de transformação social⁶⁹.

Reconhecido como uma referência cultural e política no Brasil, Sabotage conquistou diversos prêmios ao longo de sua carreira, consolidando-se como ícone do rap nacional. Em sua homenagem, foi instituído o Prêmio Sabotage, pela Resolução nº 2/2008 e regulamentado pelo Ato da CMSP nº 1.282/2014, que celebra, anualmente, durante o Mês do Hip-Hop, artistas, coletivos, educadores e projetos que promovem a cultura Hip-Hop e enfrentam desigualdades sociais⁷⁰. O prêmio também busca incentivar o protagonismo da juventude periférica, destacando a arte como meio de transformação social.

A implementação do prêmio aparenta ser interpretada como um exemplo do modelo sintético de políticas públicas, que busca integrar a atuação das instituições governamentais às demandas da sociedade civil⁷¹. Contudo, embora à primeira vista pareça seguir esse modelo, a iniciativa revela mais um gesto de legitimidade e reconhecimento da cultura por parte da administração pública do que uma construção verdadeiramente conjunta. Nesse contexto, o papel de figuras como a ex-vereadora Soninha Francine — PT (2005-2008) —, responsável pela proposta que oficializou a

⁶⁸C. TONI. Um bom Lugar: biografia oficial de Mauro Mateus dos Santos - Sabotage. São Paulo: LiteraRua, 2013.

⁶⁹SILVA, Iara. Câmara abre inscrições para o Prêmio Sabotage no próximo dia 25. Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo. 2022. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/camara-abre-inscricoes-para-o-premio-sabotage-no-proximo-dia-25/>. Acesso em: 10 out. 2024.

⁷⁰SABOTAGE. Câmara Municipal de São Paulo, [20--]. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/especial/premio-sabotage/#:~:text=A%20premia%C3%A7%C3%A3o%20foi%20criada%20pela,Mateus%20dos%20Santos%20o%20Sabotage>. Acesso em: 1 out. 2024.

⁷¹BRITES; CLEMENTE, 2019.

premiação⁷², destaca esse reconhecimento institucional do movimento Hip-Hop. Por outro lado, a mobilização do Fórum Hip-Hop e da comunidade, que pressionaram pela implementação do prêmio, reflete o protagonismo das bases sociais na construção de políticas culturais.

Diante disso, a realização da cerimônia de premiação na CMSp reforça o valor simbólico desse reconhecimento público, legitimando o Hip-Hop como movimento cultural e ferramenta de mobilização social⁷³. Além de destacar artistas e iniciativas, o Prêmio Sabotage funciona como uma plataforma de visibilidade, fortalecendo os laços entre o movimento Hip-Hop e as instituições públicas, reafirmando a relevância dessa cultura urbana na construção de uma sociedade mais justa e equânime.

Se tu lutas, tu conquistas: O Território Hip-Hop

O Território Hip-Hop é o mais recente programa municipal voltado para a cultura Hip-Hop em São Paulo, com sua primeira edição realizada em 2021. Inspirado no Programa Vocacional de 2001, o projeto inicial foi idealizado para oferecer formação artística a jovens a partir de 14 anos, utilizando processos artístico-pedagógicos em diferentes linguagens, como dança, música, artes visuais e audiovisual⁷⁴. No entanto, a implementação do programa segue predominantemente o modelo *Top-Down*. Assim como ocorre com o Mês do Hip-Hop, o Território enfrenta o mesmo problema: apesar de ser uma demanda legítima do movimento e representar um projeto com grande potencial, a SMC executa e ajusta as ações conforme seus próprios critérios, desconsiderando as contribuições e reivindicações iniciais do movimento Hip-Hop⁷⁵.

Para a militância do movimento Hip-Hop, o programa surgiu como uma oportunidade de inserir a cultura Hip-Hop em escolas municipais e CEUs, seguindo o modelo do Programa Vocacional. O objetivo inicial era identificar

⁷² QUEIROZ, 2019.

⁷³ QUEIROZ, 2019.

⁷⁴ PROGRAMA VOCACIONAL. SP Cultura. Disponível em: <https://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/977/#/tab=sobre>. Acesso em: 12 out. 2024.

⁷⁵ LIMA; D'ASCENZI, 2013.

jovens talentos e capacita-los não apenas artisticamente, mas também para contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao Hip-Hop⁷⁶.

Atualmente, o programa concentra-se no desenvolvimento artístico de artistas ligados(as) ao movimento, promovendo “vivências” em territórios periféricos da cidade. Suas atividades estão organizadas em três frentes principais: 1) desenvolvimento artístico continuado, com mapeamento e expansão da ação cultural; 2) imersões culturais, para fortalecer os processos pedagógicos; e 3) mentoria artística, conectando as informações passadas à prática cotidiana⁷⁷.

Além de fomentar a produção cultural no Hip-Hop, o Território Hip-Hop garante direitos culturais e cidadania, além de ocupar espaços públicos de produção e difusão cultural na cidade⁷⁸.

Os(as) artistas orientadores(as) do programa são profissionais reconhecidos em diversas áreas da cultura Hip-Hop, como MCs, DJs, grafiteiros(as) e dançarinos(as) de danças urbanas, além de especialistas em produção cultural. Sua principal função é compartilhar experiências com os(as) jovens participantes, promovendo um aprendizado dinâmico e interativo. O(A) coordenador(a) artístico-pedagógico(a) supervisiona os(as) artistas orientadores(as), garantindo o bom andamento das atividades e gerenciando as ações em diferentes regiões da cidade, de forma alinhada aos objetivos pedagógicos do Território Hip-Hop⁷⁹.

De acordo com Silva⁸⁰, o programa não apenas facilita o acesso à cultura Hip-Hop, mas também cria oportunidades para que jovens das periferias de São Paulo aprendam diretamente com artistas atuantes na cena cultural. O Território Hip-Hop chega a locais e artistas que, de outra forma, não teriam acesso a orientações para apresentações artísticas, permitindo um envolvimento significativo na cultura Hip-Hop. Além disso, o programa serve como uma ferramenta poderosa para ajudar os(as) participantes a

⁷⁶ SILVA, 2023.

⁷⁷ HIP-HOP SP CULTURA. Território Hip-Hop. Disponível em: <https://hiphopsp.prefeitura.sp.gov.br/territorio-hip-hop/>. Acesso em: 9 out. 2024.

⁷⁸ SILVA, 2023.

⁷⁹ SILVA, 2023.

⁸⁰ SILVA, 2023.

alcançarem seus objetivos pessoais e artísticos, contribuindo para um desenvolvimento cultural e social.

Como outras políticas públicas voltadas ao Hip-Hop, o Território Hip-Hop é resultado de uma demanda histórica do movimento na cidade de São Paulo. O tema começou a ser debatido no Fórum Hip-Hop por volta de 2014. Inicialmente, as reuniões contavam com cerca de 70 participantes, mas, à medida que a demanda se consolidou, o número de envolvidos superou 1.000 pessoas⁸¹.

Durante a gestão do prefeito Fernando Haddad (PT), houve abertura para o diálogo sobre a inclusão do projeto Território Hip-Hop no Programa Vocacional. A equipe da gestão reconheceu que as demandas poderiam ser incorporadas às diretrizes do Programa, configurando um esforço inicial para alinhar o protagonismo das bases sociais às estruturas institucionais.

Para viabilizar essa comunicação, o movimento Hip-Hop se organizou e criou uma assessoria dentro da SMC, estabelecendo um canal direto entre o poder público e a comunidade cultural. Essa dinâmica dava oportunidades para uma implementação caracterizada no modelo sintético, que busca integrar iniciativas locais e mobilizações da sociedade civil às orientações governamentais, promovendo uma interação colaborativa⁸².

No entanto, apesar do esforço para fomentar esse diálogo, muitas das demandas não foram plenamente implementadas ao fim do mandato, revelando os desafios práticos de consolidar políticas públicas que conciliem as diretrizes institucionais, os interesses políticos e as demandas da sociedade civil⁸³.

Com a nova administração de João Dória — PSDB (2017-2018) —, embora outras propostas tenham sido apresentadas pela prefeitura, manteve-se um espaço para o Hip-Hop na SMC, resultado da articulação política do mandato anterior⁸⁴. Isso garantiu a continuidade das pautas do movimento, mesmo com a mudança de governo.

⁸¹ SILVA, 2023.

⁸² LIMA; D'ASCENZI, 2013.

⁸³ BRITES; CLEMENTE, 2019.

⁸⁴ ROCHA, 2009.

Foi apenas em 2019, com a nomeação do rapper Xis⁸⁵ como assessor e representante do Núcleo de Hip-Hop, que o Território Hip-Hop foi efetivamente implementado como política pública. Ao assumir o cargo, Xis teve acesso às pautas e às demandas pendentes da militância, o que facilitou a implementação do programa. Sua posição estratégica no Núcleo permitiu que ele atuasse diretamente na execução das ações propostas pelo movimento, consolidando o programa como uma conquista importante para o Hip-Hop na cidade⁸⁶.

De acordo com Silva⁸⁷, a oficialização do Território Hip-Hop marcou um momento significativo para a cultura Hip-Hop em São Paulo. O programa não apenas concretizou uma demanda histórica, mas também destacou o protagonismo do movimento na construção de políticas públicas, valorizando a participação ativa de suas bases, fruto direto das articulações e reivindicações da militância.

No entanto, a implementação dessa política seguiu o modelo Top-Down, desconsiderando em grande parte as contribuições diretas do movimento. Embora nascido das demandas da militância, o processo de execução foi conduzido pela administração pública de forma centralizada, o que acabou limitando o alinhamento entre as ações realizadas e as necessidades efetivamente apresentadas pelo movimento Hip-Hop⁸⁸.

O Núcleo de Hip-Hop e suas gestões

O Núcleo de Hip-Hop da cidade de São Paulo é uma estrutura vinculada à SMC, criada para fomentar, coordenar e apoiar iniciativas

⁸⁵ Vulgo de Marcelo Santos Nascimento, personagem importante no cenário do rap brasileiro. Começou sua carreira como rapper no final dos anos 1980 e foi um dos fundadores do grupo DMN. Mais tarde, Xis seguiu carreira solo, ganhando destaque com o hit “Us Mano e As Mina”, que se tornou um clássico do rap nacional. Além de sua música, Xis também é conhecido por seu envolvimento em projetos culturais, como a organização do campeonato Hip Hop DJ e o Festival Agosto Negro. Ele também apresentou programas de TV e rádio, sempre promovendo a cultura Hip-Hop e a valorização da identidade negra.

⁸⁶ SILVA, 2023.

⁸⁷ SILVA, 2023.

⁸⁸ SILVA, 2023.

culturais relacionadas ao movimento Hip-Hop. Ele desempenha um papel fundamental na promoção de atividades, eventos e oficinas, além de facilitar a articulação política e cultural entre o movimento Hip-Hop e o poder público.

A criação do Núcleo representou um marco importante na formalização das reivindicações do movimento, viabilizando o desenvolvimento de políticas públicas voltadas especificamente para os quatro principais elementos da cultura Hip-Hop: *Breaking, DJ, Graffiti e MC*⁸⁹.

Uma de suas principais funções é atuar como intermediário entre o poder executivo e o movimento Hip-Hop, garantindo que as demandas sejam ouvidas e encaminhadas pela administração municipal. O objetivo é assegurar o reconhecimento do Hip-Hop como uma manifestação cultural legítima, combatendo preconceitos e promovendo a participação social, especialmente das juventudes negras e periféricas⁹⁰.

Além disso, o Núcleo organiza eventos como o Mês do Hip-Hop e o Território Hip-Hop, e colabora com a organização do Prêmio Sabotage⁹¹.

Inicialmente, o projeto de criação do Núcleo de Hip-Hop previa a nomeação de representantes, escolhidos diretamente pelo movimento, para cada um dos principais elementos da cultura Hip-Hop, formando um coletivo dentro da SMC⁹². A expectativa do movimento era de que a criação do Núcleo facilitasse o diálogo com a administração pública, garantindo um espaço permanente para propor demandas e influenciar as políticas públicas, mesmo diante de mudanças de governo⁹³. Essa proposta inicial refletia uma abordagem mais próxima ao modelo sintético de implementação das políticas públicas, que busca integrar as demandas da sociedade civil à atuação governamental, promovendo uma construção conjunta.

No entanto, a decisão da administração pública de autorizar apenas a nomeação de um único representante, escolhido diretamente pelo

⁸⁹ MINETO, 2022.

⁹⁰ SILVA, 2023.

⁹¹ MINETO, 2022.

⁹² SILVA, 2023.

⁹³ QUEIROZ, 2019.

secretário de Cultura, desviou a implementação da política para um modelo *Top-Down*. O resultado foi a limitação do caráter participativo inicialmente proposto, reforçando uma relação hierárquica que dificultou a representatividade plena dos diferentes elementos e atores da cultura Hip-Hop⁹⁴.

De acordo com Silva⁹⁵, o Núcleo foi alocado dentro da Coordenadoria de Programação Cultural (CPROG) da SMC, composta por servidores municipais e uma pequena equipe de jovens monitores e produtores. Esses colaboradores auxiliam nas demandas apresentadas pelo assessor de Hip-Hop nomeado pelo secretário de Cultura.

Entretanto, os resultados ficaram aquém das expectativas. Durante o governo João Dória (PSDB), críticas surgiram em relação ao processo de cooptação promovido pela administração e à escolha do representante do movimento no Núcleo de Hip-Hop⁹⁶. A nomeação de MC Eazy Jay⁹⁷ para o cargo, embora representasse um esforço de aproximação institucional com o movimento, gerou controvérsias dentro da comunidade Hip-Hop. Muitos membros criticaram sua gestão, apontando um favorecimento predominante aos artistas chamados *old school*⁹⁸, em detrimento dos(as) novos(as) artistas.

Além disso, percebeu-se uma priorização das linguagens do MC e do DJ, com um foco quase exclusivo no rap, enquanto outras expressões do Hip-Hop, como o *Breaking* e o *Graffiti*, foram relegadas a um segundo plano⁹⁹. Essa situação exemplifica o conceito de *street-level bureaucracy*, ou “burocracia de nível de rua”, proposto por Michael Lipsky¹⁰⁰, no qual os agentes responsáveis pela execução de políticas públicas, neste caso, MC

⁹⁴ LIMA; D'ASCENZI, 2013.

⁹⁵ SILVA, 2023.

⁹⁶ QUEIROZ, 2019.

⁹⁷ Um dos integrantes do grupo Comando DMC, que ganhou destaque no Rap nacional nos anos 1990. O Comando DMC é reconhecido por suas letras que abordam temas sociais e urbanos, trazendo uma perspectiva das realidades presentes nas periferias brasileiras. Eazy Jay continua ativo na cena, contribuindo para a cultura Hip-Hop e mantendo viva a relevância do chamado Gangsta Rap.

⁹⁸ Relacionado às gerações mais antigas da cultura Hip-Hop

⁹⁹ QUEIROZ, 2019.

¹⁰⁰ LIPSKY, Michael. *Street-level bureaucracy: Dilemmas of the individual in Public Service*.30th anniversary expanded edition. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

Eazy Jay como representante do movimento dentro da administração pública, exercem certo grau de discricionariedade ao interpretar e implementar diretrizes institucionais.

Embora essa discricionariedade possa ser benéfica ao permitir que os agentes adaptem as políticas às necessidades locais e às especificidades do campo¹⁰¹, no caso do Hip-Hop, a priorização de determinadas linguagens e grupos evidenciou um viés que resultou na exclusão de outros atores importantes do movimento. Isso exemplifica como as decisões de *street-level bureaucracy* podem influenciar a percepção e a eficácia de uma política pública, moldando-a de forma que, por vezes, diverge de suas intenções originais¹⁰².

Dentre os coletivos que denunciavam as atividades do Núcleo, destacava-se o Fórum Hip-Hop, que percebia a perda do trabalho anterior de

[...] recepção das demandas do movimento, do trabalho intermediário - de ler e interpretar orçamentos e leis, e o consequente repasse desse conhecimento para o movimento hip-hop e, no último estágio, para as pessoas que participariam das políticas públicas¹⁰³.

Diante das insatisfações com a gestão de MC Eazy Jay como coordenador do Núcleo de Hip-Hop, o então secretário de Cultura, Alexandre Youssef (2019–2021), nomeado pela gestão de Bruno Covas (PSDB), indicou o rapper Xis para assumir a coordenação em 2019. Reconhecido como um dos nomes mais influentes do Hip-Hop brasileiro, Xis trouxe uma nova perspectiva ao Núcleo, fortalecendo a conexão entre a militância do movimento e o poder público. Sua nomeação permitiu avanços significativos, como a articulação das pautas do movimento com a implementação de políticas efetivas, incluindo o Programa Território Hip-Hop, conforme analisado anteriormente¹⁰⁴.

¹⁰¹ LIPSKY, 2010.

¹⁰² LIMA; D'ASCENZI, 2013.

¹⁰³ QUEIROZ, 2019, p. 59.

¹⁰⁴ SILVA, 2023.

Em 2021, a coordenação do Núcleo passou a ser liderada pelo rapper Marcelo Gugu¹⁰⁵, indicado pela secretária de Cultura Aline Torres. Após Gugu deixar o cargo em novembro de 2023, a responsabilidade pelo Núcleo foi assumida por MC Cavanha¹⁰⁶, que atualmente ocupa a posição¹⁰⁷.

Para concluir, um aspecto que merece atenção é o fato de a escolha dos representantes do Núcleo ter se concentrado predominantemente em artistas ligados ao elemento MC e dominado pelo gênero masculino. Essa recorrência reduz a representatividade dos outros elementos fundamentais do Hip-Hop, como o *Breaking*, o DJ e o *Graffiti*, e limita a diversidade de gênero dentro das iniciativas culturais promovidas pelo Núcleo.

Considerações finais

As reflexões apresentadas neste artigo buscaram evidenciar a importância da Cultura Hip-Hop como um elemento importante na formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das expressões culturais periféricas. Fundamentados nos *Hip-Hop Studies* e nas teorias de implementação de políticas públicas, destacamos o papel de protagonismo assumido pelo movimento Hip-Hop, que, ao transcender a posição de mero beneficiário, se tornou um agente ativo no processo de criação dessas políticas. No entanto, esse protagonismo raramente é refletido na etapa de implementação, que permanece majoritariamente centralizada nas secretarias das gestões governamentais vigentes.

A trajetória da Cultura Hip-Hop em São Paulo, marcada por iniciativas como o “Rap...ensando a Educação”, o “Mês do Hip-Hop”, as “Casas de Hip-Hop”, o “Prêmio Sabotage”, o “Território Hip-Hop” e o “Núcleo de Hip-Hop”, revela tanto os avanços quanto os desafios que permeiam a relação entre

¹⁰⁵ Rapper e poeta brasileiro, defensor da poesia e da criatividade como ferramentas de transformação social, conhecido também por suas letras com base profundas e criativas que abordam temas como amor, sociedade e introspecção.

¹⁰⁶ Marcelo Cavanha é integrante da militância do Hip-Hop desde seus primórdios. Educador social, conselheiro do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, militante da Rede Antirracista Quilombão e Coordenador de Relações Institucionais da CUFA (Central Única das Favelas).

¹⁰⁷ SILVA, 2023.

sociedade civil e poder público. Embora as bases do Hip-Hop defendam modelos de implementação mais horizontais, como o *Bottom-Up*, ou, pelo menos, sintéticos, a realidade mostra que grande parte dessas políticas segue o modelo *Top-Down*, limitando o potencial colaborativo idealizado pelo movimento.

Apesar das conquistas significativas, os desafios persistem. A falta de continuidade de algumas políticas, a execução alheia às demandas do movimento e as tensões internas geradas por disputas de protagonismo e linguagens privilegiadas indicam a necessidade de revisão nos processos de formulação e implementação dessas ações. Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer o diálogo entre os diferentes atores envolvidos: artistas, coletivos, gestores públicos e militantes, para promover maior equidade, representatividade e efetividade.

Por fim, a análise reforça que a Cultura Hip-Hop vai além de ser um movimento cultural; trata-se de um espaço de luta e transformação social. Seu desempenho enquanto ferramenta para a construção de uma sociedade mais plural, justa e equânime é inegável. Cabe, portanto, tanto ao poder público quanto à sociedade civil o compromisso de aprimorar e ampliar essas políticas, assegurando que o Hip-Hop continue impactando positivamente a vida de milhares de jovens negros(as) e periféricos(as), fortalecendo sua identidade, ancestralidade, memória e protagonismo.

Referências

ALESP reconhece Hip-Hop como patrimônio cultural e imaterial de São Paulo. *Portal Mud*, São Paulo, 7 mar. 2024. Disponível em: <https://portalmud.com.br/portal/ler/alesp-reconhece-hip-hop-como-patrimonio-cultural-e-imaterial-de-sao-paulo>. Acesso em: 14 out. 2024.

ANDRADE, Elaine Nunes. *Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo*. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ARRUDA, Clodoaldo. *Projeto Rappers: a primeira casa do hip-hop brasileiro – história & legado*. São Paulo: Perspectiva: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2023.

BRITES, Carla Mario; CLEMENTE, Augusto Junior. Implementação de Políticas Públicas: Breve revisão de literatura. *Revista NAU Social*, [s. l.], v. 10, n. 18, p. 27-37, maio/out. 2019.

C. Toni. Um bom Lugar: biografia oficial de Mauro Mateus dos Santos – Sabotage. São Paulo: LiteraRua, 2013.

Câmara Municipal de São Paulo – Gabinete do vereador Celso Gianazi. “Projeto de Lei nº 451/2019”. Disponível em: <https://celsogiannazi.com.br/wp-content/uploads/2019/07/PL-451.2019.pdf>

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Uma introdução aos Estudos Culturais. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 9, dez. 1998.

FARIA, Priscilla Prado de. *Racionais MC's e Paulo Freire: Um diálogo sobre educação na São Paulo dos anos 90*. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

FELIX, João Batista de Jesus. *Hip Hop: cultura e política no contexto paulistano*. 2005. 206 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FORUM HIP HOP – Contra o genocídio da juventude pobre, preta e periférica. Disponível em: <https://www.forumhiphopmsp.com.br>. Acesso em: 14 out. 2024.

GOULART, Thiago. Câmara recebe encontro “Hip Hop e Resistência”. Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, 24 mar. 2018. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/hip-hop-e-resistencia-e-tema-de-encontro-na-camara/>. Acesso em: 9 out. 2024.

HIP-HOP SP CULTURA. Território Hip-Hop. Disponível em: <https://hiphopsp.prefeitura.sp.gov.br/territorio-hip-hop/>. Acesso em: 9 out. 2024.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

LIPSKY, Michael. *Street-level bureaucracy: Dilemmas of the individual in Public Service*. 30th anniversary expanded edition. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

MACEDO, Márcio. Hip-hop sp: transformações entre uma cultura de rua, negra e periférica (1983-2013). In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR., Heitor (org.). *Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos sociais*. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2016. p. 23-53.

MATOS, Ronaldo. Movimentos culturais de São Paulo visam melhorias através do Projeto “Existe Diálogo em SP”. *Desenrola e não me enrola*, São Paulo, 12

set. 2013. Disponível em: <https://desenrolaenomenrola.com.br/territorios-criativos/movimentos-culturais-de-sao-paulo-visam-melhorias-atraves-do-projeto-existe-dialogo-em-sp/>. Acesso em: 11 out. 2024.

MESQUITA, Beatriz Maria. Os modelos *Top-Down* e *Bottom-Up* para o desenvolvimento local: Uma análise bibliográfica para o Brasil. 2018. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) – Departamento de Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

MINETO, Victória Bassan. A institucionalização do *hip-hop paulista* na administração pública municipal. 2022. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Departamento de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2022.

MOVIMENTO hip-hop dialoga com a prefeitura. *Cidade de São Paulo*, São Paulo, 15 mar. 2006. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=134182>. Acesso em: 9 out. 2024.

NOVA secretaria de Cultura defende cidadania cultural. *Cidade de São Paulo*, São Paulo, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/w/noticia/nova-secretaria-de-cultura-defende-cidadania>. Acesso em: 9 out. 2024.

PERES, Lucas Lourenço. De uma "cultura de rua" à uma "cultura periférica de mercado": as transformações do Rap de 1983 a 2019. 2020. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Departamento de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020.

PINTO, Tania Regina. Afrika Bambaataa, entre as gangues e a cultura hip-hop. *Primeiros Negros*, 2021. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/afrikabambaataa/>. Acesso em: 10 out. 2024.

PROGRAMA VOCACIONAL. SP Cultura. Disponível em: <https://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/977/#/tab=sobre>. Acesso em: 12 out. 2024.

PROJETO "Rapensando a educação" reúne rap e literatura em bate-papos com jovens. *Cidade de São Paulo*, São Paulo, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=27138>. Acesso em: 10 out. 2024.

QUEIROZ, André Sanchez. *Cultura e política no Hip Hop na cidade de São Paulo: redes, sociabilidades e territórios*. 2019. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro. Estado e Governo: Diferença conceitual e implicações práticas na pós-modernidade. *REVISTA UNIARA*, Araraquara, [s. l.], n. 21/22, p. 140-145, 2009.

ROSE, Tricia. *Barulho de preto: rap e cultura negra nos Estados Unidos contemporâneos*. São Paulo: Perspectiva, 2021.

SABOTAGE. *Câmara Municipal de São Paulo*, [20--]. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/especial/premio-sabotage/#:~:text=A%20premia%C3%A7%C3%A3o%20foi%20criada%20pela,Mateus%20dos%20Santos%2C%20o%20Sabotage>. Acesso em: 1 out. 2024.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto nº 57.484, de 29 de novembro de 2016. Institui o Sistema Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo e o Plano Municipal de Cultura de São Paulo, bem como o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura e o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais. Câmara Municipal de São Paulo: São Paulo, 2016. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/decretos/D57484.pdf>. Acesso em: 9 out. 2024.

SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 13.924, de 22 de novembro de 2004. Institui a Semana do Hip Hop no Município de São Paulo, a ser comemorada, anualmente, na segunda quinzena do mês de março, e dá outras providências. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13924-de-22-de-novembro-de-2004/consolidado>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SEMANA do Hip-Hop Lei Municipal 14.485/2007 (São Paulo). *Correio Nagô*, 2013. Disponível em: <https://correionago.com.br/semana-do-hip-hop-lei-municipal-14-485-2007-sao-paulo/>. Acesso em: 9 out. 2024.

SILVA, Edson Linhares da. O “R.A.P enC.I.N.A”: Revolução Através de Palavras – Conhecimento, Identidade, Negritude e Antirracismo. 2023. 204 f. Mestrado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SILVA, Iara. Câmara abre inscrições para o Prêmio Sabotage no próximo dia 25. *Câmara Municipal de São Paulo*, São Paulo. 2022. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/camara-abre-inscricoes-para-o-premio-sabotage-no-proximo-dia-25/>. Acesso em: 10 out. 2024.

THE UNIVERSAL ZULU NATION. *Zulu Nation*. Disponível em: <https://www.zulunation.com>. Acesso em: 10 out. 2024.